

Esperus



[Handwritten signature]

Código:

13

Para responder a primeira questão, parte-se da observação que a sociedade moderna, enquanto forma de organização social, demonstra traços da burocracia de Weber (1999) e do capitalismo (Marx, 1968). No entanto, é importante perceber que outros modos de organização social foram importantes, como o Modo de Produção Asiático, anteriormente chamado M.P.A.

O M.P.A. não deve ser imaginado somente como uma fase que marcou a transição para o capitalismo, mas como marco histórico que se menta como a administração mas é uma fase neutra. Esse momento histórico revela que o controle e gestão dos recursos sempre foi influenciado pelo modo como a sociedade se organiza (Motta & Vasconcelos, 2006). Ademais, também evidencia que a administração de certo modo, perpetua os sistemas de dominação de seus períodos (Motta & Vasconcelos, 2006).

Diante disso, é importante delimitar o M.P.A. Esse, segundo Trajtenberg (1974), refere-se a um sistema social no qual o estado detém o controle e posse da terra. Segundo o autor, era concedida utilização, mediante pagamento de imposto, com excedente econômico de trabalhos físicos. Salienta-se que, segundo Motta & Vasconcelos (2006), o M.P.A. possui características próximas com a administração atual, a saber: divisão do trabalho, separação entre educação e definição dos trabalhos e tarefas, não posse dos meios de produção.

O M.P.A. foi uma forma de organização social presente em regiões que possuíam rios importantes para o araquecimento e ficavam em regiões desérticas (Trajtenberg, 1974). São exemplos de regiões do M.P.A.: toda a região asiática, Mesopotâmia, México e Peru. Ademais, o M.P.A. se estabeleceu baseado na exploração do excedente econômico/produutivo (Trajtenberg, 1974).

Resalta-se que, em algumas regiões a produção era coletiva e comunitária, o que possibilitou o desenvolvimento de excedente econômico, o qual era devido ao despojo ocidental na

Código:

EM BRANCO

Epelús



Epelús

Código:

13

forma de imposto (Traugottberg, 1974).

Diante desse cenário, o planejamento e controle dos recursos hidráulicos não representava somente aspectos administrativos, mas, um instrumento de dominação (Motta & Vasconcelos, 2006; Traugottberg, 1974; Ulber, 1999). Isso em razão, da necessidade do acesso à água para a produção agrícola, manutenção das pessoas e animais (Traugottberg, 1974).

Nessa forma, a dependência dos meios de distribuição de águas favorecia a submissão do povo/escravos ao despota ocidental (Traugottberg, 1974). Isso se valia disso, por meio da super exploração da força de trabalho, especialmente dos povos escravos obrigados a trabalhar na construção dos aquedutos, obras públicas, religiosas (Pirâmides) e defensivas (Muralha da China) (Traugottberg, 1974).

Exemplifica essa relação, a história do povo hebreu, contada em diferentes livros sagrados, como cristãos, judeus e muçulmanos. Esse povo vivia sobre o regime do faraó, que tinha o controle total do Estado (militar, religioso e governamental). Assim, o episódio da punição dada pelo faraó aos escravos de Jerem, que buscavam a matéria-prima para fabricação dos tijolos sem levar a produção, demonstra sua forma de conter uma revolta.

Essa exemplo evidencia a burocracia patrimonial, respondendo a segunda questão. Segundo Traugottberg (1974) e Ulber (1999), a burocracia patrimonial refere-se à atribuição/crédito por parte do povo, de que os bens do Estado e os próprios servidores/cidadãos também são poses do governante. Nesse modo, na história mencionada, o faraó acreditava ter a posse de tudo o que havia no seu território, inclusive águas, terras e vidas (Traugottberg, 1974).

Uma característica da burocracia patrimonial segundo o autor é a dificuldade de separar o que é do Estado e o

Folha nº

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

EM BRANCO



Código:

13

que é privado. Ela, a burocracia patrimonial tem raízes na tradição e costumes (Trautemberg, 1974; Weber, 1999). Estes legitimaram suas ações e ajudaram na manutenção do sistema ocidental (Trautemberg, 1974).

Outrossim, esse sistema burocrático e de dominação se consolidou em razão da percepção no MPA de que o Estado era a autoridade suprema, detentor de todos os recursos (Trautemberg, 1974). Sendo assim, quem estava no poder não podia ser questionado, nem sua legitimidade para uso e julgamento dos recursos contestado, segundo o autor. Nesse modo, quando isso acontecia, como na história exposta, a autoridade podia utilizar da força executiva para solucionar o conflito.

Pósto isto, observa-se que apesar de não haver uma definição clara sobre seu desaparecimento, o MPA ainda é presente na sociedade atual. Sua presença está nos moldes históricos da Escola clássica Administrativa Científica, na sociedade burocrática e na democracia política (Motta & Vasconcelos, 2006).

Não há mais burocracias ocidentais mas, como destaca Braverman (1987), a percepção reducionista dos trabalhadores como executores, que concedem sua força de trabalho por meios mínimos de sobrevivência. Ademais, vemos no processo de Modernização Psíquica diversos elementos da administração como: estratégia, gestão de operações e pessoas. Apesar que se desejaria que não fossem práticas ainda realizadas.

REFERÊNCIAS.

- Braverman, H. (1987). Trabalho e capitalismo monopolista. Guanabara.
- Marx, K. (1968) Sociedade pré-capitalista, Paz e Terra.
- Motta, F.C.P.; Vasconcelos, J.F. G. de. (2006). Teoria Geral da Administração. 3ed. Thompson Learning.
- Trautemberg, M. (1974) Burocracia e ideologia. Ática
- Weber, M. (1999). Economia e Sociedade. vol 2. UNB

Código:

EM BRANCO